

A RECUPERAÇÃO TEOLÓGICA A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II E A ATUALIZAÇÃO NO PONTIFICADO DE FRANCISCO

THEOLOGICAL RECOVERY SINCE THE SECOND VATICAN COUNCIL AND THE UPDATES IN THE PONTIFICATE OF FRANCIS

*Igor de Andrade Alves*¹

Resumo: A Sociologia de Max Weber (1864-1920) ajuda a compreender a Igreja como instituição e as suas posturas diante das situações que passou ao longo do tempo. Um exemplo a ser analisado são os movimentos reformadores do séc. XVI, que fizeram a Igreja reagir, porém, com uma rigidez que acabou tornando-a autorreferencial. O Concílio Vaticano II, que também é uma reação da Igreja, só que diante da modernidade, marca a recuperação teológica a partir do Evangelho, em diálogo com o mundo. Para compreender essa retomada teológica é preciso entender as linhas mestras do Concílio Vaticano II e analisar como o Pontificado de Francisco está reavivando esta caminhada de uma Igreja que busca servir, dialogar e salvar.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Recuperação. Teologia. Instituição. Diálogo.

Abstract: The Sociology of Max Weber (1864-1920) helps to understand the Church as an institution and its postures in the face of situations it has experienced over time. An example to be analyzed are the reform movements of the 20th century. XVI, which made the Church react, however, with a rigidity that ended up making it self-referential. The Second Vatican Council, which is also a reaction of the Church, but in the face of modernity, marks the theological recovery from the Gospel, in dialogue with the world. In order to understand this theological resumption, it is necessary to understand the main lines of the Second Vatican Council and analyze how the Pontificate of Francis is reviving this journey of a Church that seeks to serve, dialogue and save.

Keywords: Second Vatican Council. Recovery. Theology. Institution. Dialogue.

Introdução

A Exortação Apostólica *Lumen Gentium* (LG) considera que a Igreja em seu caráter espiritual e visível (sociedade). Se a Igreja é composta por pessoas é possível analisá-la como um grupo social e, por isso, a sociologia da religião de Max Weber (1864-1920) pode ajudar a compreendê-la como instituição, visualizando os seus movimentos na história. A sistematização sociológica de Weber, apesar de dedicar-se ao estudo do protestantismo, pode ser extrapolada e associada à Igreja Católica. Diante disso, buscou-se analisar a Igreja como instituição e a relação dela com os movimentos reformadores ao longo do tempo.

¹ Graduando em Teologia pela Faculdade João Paulo II – FAJOPA, Marília-SP.

Ao compreender que a Igreja reage como estrutura social diante das situações, elucida o entendimento da Contrarreforma, como uma reação diante da Reforma Protestante. Desta forma, também se considera o Concílio Vaticano II como uma reação, só que diante de novas situações, chamadas de “sinais dos tempos”. O desejo do Vaticano II é o de fazer a Igreja se atualizar e dialogar com o mundo, sem perder as suas origens. Já que em outros momentos essa abertura era muito mais difícil, pois a Igreja se dedicava a outras urgências, tais como a sua autoconservação.

A abertura da Igreja proposta no Concílio Vaticano II fundamenta-se na encarnação de Jesus Cristo, que se fez homem e agiu a partir da realidade. Jesus é o modelo para os cristãos, e precisa sempre ser revisitado. Para isso, é preciso uma “volta às fontes”, ou seja, uma recuperação a partir do Evangelho, da própria vida de Cristo e da tradição da Igreja.

O Concílio Vaticano II não resolve todos os problemas da Igreja, nem se considera que há uma Igreja pronta no encerramento das atividades conciliares, porém, neste evento, iniciou-se uma caminhada nova na Igreja. O pontificado do Francisco representa aplicação pastoral do que se propôs no último concílio. Portanto, no seu pontificado é possível notar uma atualização das propostas conciliares, com a intenção de promover uma Igreja que tem como objetivo servir, dialogar e salvar.

1. A igreja como instituição e a relação com os movimentos reformadores

O Concílio Vaticano II (CVII) marca uma renovação na teologia da Igreja Católica. É uma renovação que precisa ser explicada, pois não se pensou em uma nova doutrina, porém uma recuperação teológica, a partir da experiência originária da Igreja. Recuperar, neste sentido, seria a capacidade da Igreja de manter-se atual, mas também trazendo toda a sua reflexão passada. Isto se dá justamente porque o passado da Igreja é um passado fundante e milenar, que ao longo do tempo foi se transformando, estabelecendo-se como instituição.

Em primeiro lugar, quando se quer analisar a caminhada institucional da Igreja é preciso pensá-la como fenômeno social. A Igreja é feita de seres humanos que convivem, e essa relação é constitutiva, vai modificando os rumos da história. Sendo assim, é necessário trazer para esta reflexão a sociologia de Max Weber (1864-1920), que analisa o nascimento e o desenvolvimento dos movimentos coletivos. Não se propõe aqui uma exclusão da dimensão espiritual da Igreja, mas olhar especificamente para o aspecto da

Igreja como “sociedade visível” (LG, 8), apresentada na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG). Segundo o documento conciliar, há uma complexa realidade, humana e divina, hierárquica e mística, visível e espiritual, terrestre e celeste, que não gera duas entidades, porém, uma só, unificada pela encarnação do Verbo (LG, 8). Assim sendo, sem deixar de valorizar a importância e o caráter espiritual da Igreja, no início deste estudo a visão de Igreja como instituição será mais evidenciada.

Apesar do mistério da encarnação ser um elemento de unificação entre humano e divino e a Igreja ter sido constituída para a glória celeste, durante a caminhada rumo ao Reino ela “necessita de meios humanos” (LG, 8). É sob este ponto de vista que será procurado entender os movimentos da Igreja ao longo do tempo, especialmente a partir do Concílio Vaticano II. Não se pode negar que a Igreja é “robustecida pela força do Senhor ressuscitado”, que a ajuda a vencer as suas aflições e dificuldades internas e externas (LG, 8), mas que também há uma organização em vista de unidade, manutenção e prolongamento da missão de Jesus Cristo. Juntando esse posicionamento à sociologia de Weber é possível dizer que “nada pode durar na história sem algum tipo de organização, de instituição” (QUEIRUGA, 2014, p. 24).

Ao analisar a estrutura da Igreja e comparando-a à teoria dos movimentos coletivos de Weber já se nota a presença do elemento essencial para o surgimento de um tipo institucional, o fundador. A Igreja é um movimento fundado na pessoa de Jesus Cristo, dotado de um carisma que contagiou e entusiasmou. Fez até mesmo as pessoas mudarem de vida, muitos começaram a segui-Lo e, posteriormente, foram anunciar a palavra e as ações dele para outros, a evangelização.

Todavia, com o passar do tempo, ainda na perspectiva weberiana, sem a presença do fundador, a tendência das instituições é a de enfraquecer o entusiasmo (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 27). Para superar a decadência é preciso uma adaptação ou inovação que garantam a autoconservação da instituição. Cabe pontuar que a sociologia de Weber, apesar de centrar-se no capitalismo e protestantismo, pode ser extrapolada para análise social de diversos grupos sociais, inclusive Weber iria escrever sobre o catolicismo anterior e posterior à Reforma Protestante, mas que não aconteceu por conta de sua morte em 1920 (cf. ASSUNÇÃO, 2018, p. 40).

O que foi dito sobre o fundador e o seu carisma colabora com o pensamento de que Jesus é o modelo para todos os cristãos. Ele é o mestre e modelo perfeito de uma santidade que ele próprio criou e consumou (LG, 40) e quis que todos os seus discípulos a buscassem: “sede perfeitos, como vosso Pai celeste é perfeito” (Mt 5, 48). Com esse

direcionamento Jesus é posto como “tipo ideal” de ser humano, à maneira de Weber (2004, p. 11), sendo assim, todos os membros da Igreja precisam se conformar a Ele (LG, 8). Num sentido mais profundo ainda, Ele é apresentado como a “cabeça do corpo místico”, que é a Igreja. É pela “cabeça” que o corpo todo é orientado, em vista de um desenvolvimento e crescimento, até que todos sejam totalmente configurados a Ele (LG, 8).

Parece redundante falar que Cristo é o modelo para os cristãos, porém, muitas vezes a opção de conduta da Igreja diante de um desafio foi o estabelecimento de exigências, que em muitos casos foram bastante rígidas, visando consolidar nos membros da instituição um modo de ser fechado em si mesmo, esquecendo que o anúncio do Cristo é para ser feito mesmo além dos limites visíveis. A Igreja é o sacramento de unidade de todo o gênero humano (LG, 1) e se não houver um encaminhamento neste sentido de unidade é gerado um grande problema. Acompanhando esse posicionamento o CVII acentuou que o Espírito Santo age também além da Igreja visível (DV, 53).

Numa situação de rigidez e de consolidação de um fechamento da Igreja para o mundo, ainda que não se possa afirmar categoricamente, é possível pensar que o “tipo ideal” de cristão foi modificado, alterou-se o carisma e as regras. Ao invés de a instituição continuar a sua caminhada, suportando as adversidades da mesma forma que o fundador, ela optou por uma mudança de postura, pois em vez de entregar-se à missão, incondicionalmente, voltou-se para si mesma, tornando-se autorreferencial e seu principal interesse, “em vez de, para servir, ela tende a organizar quase tudo para o próprio serviço e a própria subsistência” (QUEIRUGA, 2014, p. 27).

No caso da Igreja é possível identificar um desafio muito grande no período da Reforma Protestante, no século XVI. Estabeleceu-se um movimento contrário a Igreja, e esta precisou reagir, optando por dar uma resposta que visava a sua autoconservação, com o movimento da Contrarreforma. O evento expoente desta reação da Igreja à Reforma Protestante foi a convocação do Concílio de Trento (1545-1563), que tratou de assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica. A intenção aqui não é fazer o juízo de valor sobre este momento da Igreja, mas visualizar que esta realidade promoveu uma mudança interna, tornando a instituição mais rígida e preocupada expandir este modo de vida a todos da hierarquia e aos fiéis.

Como Weber analisa especialmente o Protestantismo, foi escolhido como referência para este estudo o movimento reformador luterano do século XVI, porém na história do Cristianismo muitos outros movimentos incidiram sobre os cristãos. Em

alguns casos, estes incentivaram e impulsionaram para frente, mas em outros levaram a Igreja à uma postura mais extrema, como no caso das duas grandes divisões ocorridas, o Cisma do Oriente (1054) e o Protestantismo (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 29). Os “ventos contrários” aparecem como algo que vem de encontro, querendo destruir a instituição, mas por outro olhar, são estas ações que podem provocar uma renovação. Ao tomar o exemplo de Jesus Cristo, pode ser visto que Ele teve uma atitude de crítica com o modo de interpretação da Lei dos judeus, e com o nascimento do cristianismo, muitos passam a segui-Lo, pois ele interpretava a Lei com um novo olhar, pautado no amor e na misericórdia (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 28). O que se presume de tudo isso, é que se não há uma movimentação, propositiva ou crítica, a tendência da instituição é a acomodação.

O grande dilema do encontro de uma nova perspectiva com a visão dominante é que há um choque, uma tensão que se não administrada, não será transformada em energia produtiva. Além disso, como no caso da Igreja, por ter um caráter sagrado, toda e qualquer dissensão pode ser vista como profanação, blasfêmia ou heresia (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 29). O apóstolo São Paulo considera que “convém que haja dissensões” (cf. 1Cor 11,19), o perigo, entretanto, está no extremismo, que conseqüentemente, leva à divisão. Se a instituição admite uma conduta exclusiva de combate ao diferente, na mesma proporção emerge uma necessidade de obediência dos seus membros, produzindo uma figura autoritária que zela pela estabilidade e continuidade da norma (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 30).

A partir da Contrarreforma a Igreja assumiu uma postura de resistência, e com o passar do tempo e o estabelecimento da modernidade, foi preciso dar um freio na liberdade de consciência, na interpretação livre da bíblia e do dogma, e do espírito democrático (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 30). No século XIX, por exemplo, é visível grande reforço em afirmar autoridade do papa em detrimento da opinião de diversos teólogos e do próprio o povo de Deus, foi cortado o diálogo. Na visão de Queiruga (2014, p. 30), os pontificados de contenção provocaram um retrocesso, tanto que o teólogo Karl Rahner (1904-1984) falou de um “inverno eclesial”, e o sociólogo Weber chamou a burocratização da Igreja levada ao extremo, como “noite polar de escuridão gelada” (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 30).

A Igreja não ficou por séculos falando somente sobre si mesma, porém foi um assunto muito recorrente, que ocupou as maiores discussões. Quando no início do texto foi proposto fazer uma recuperação teológica, no sentido da visão de continuidade do Concílio Vaticano II, e depois de ter analisado a postura institucional da Igreja, é possível

lançar ao entendimento do Vaticano II como uma “volta às fontes”, uma recuperação teológica à luz da doutrina e em diálogo com o mundo.

Os dois termos empregados “recuperação” e “teologia”, pretendem abarcar uma reflexão mais ampliada do que foi o evento do Concílio Vaticano II. Muitos autores tratam este concílio como estritamente eclesiológico, porém é uma eclesiologia traduzida em pura teologia. A Igreja analisa a sua atuação pastoral e não perde de vista a sua essência, trata de sanar as lacunas que as situações foram deixando. A recuperação que será buscada evidenciar é a de que a Igreja olha para o seu passado fundante e o enxerga como fonte inesgotável, capaz de trazer uma boa-nova a cada vez que é acionado pelo Magistério e pelos fiéis imbuídos do Espírito Santo. Nada pode amedrontar a Igreja de Jesus Cristo, a falta de diálogo com o mundo é contrária ao princípio da encarnação. Se Cristo se fez homem, é na realidade humana que se desvela o Reino de Deus.

2. O Concílio Vaticano II como recuperação teológica

O Concílio Vaticano II (CVII) convocado pelo Papa João XXIII em 1959, e iniciado em 1962, foi assumido pelos seus sucessores, cada um ao seu modo. O Papa Paulo VI concluiu o Concílio, João Paulo II aprofundou elementos que nele foram tratados, Bento XVI via o CVII como “a grande graça da qual a Igreja se beneficiou no século XX” (BENTO XVI apud CASAS, 2015, p. 67) e o Papa Francisco o vê como “uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea” (SPADARO apud CASAS, 2015, p. 67). Tomando principalmente a visão do Papa Francisco e associando à denominação de “um novo Pentecostes”, feita por João XXIII, é possível lançar um olhar de uma hermenêutica positiva sobre o Concílio Vaticano II.

É preciso mencionar que há posições contrárias, que veem o Vaticano II como uma “ruptura”. Alguns historiadores “promovem uma leitura tergiversada, unilateral e parcial, desequilibrada e ideológica do acontecimento conciliar e dos documentos por este emanados” (CASAS, 2015, p. 74). Daí surge uma dicotomia entre pré e pós-Concílio, considerando que possa ter surgido uma nova Igreja, sendo que a “verdadeira Igreja” durou até às vésperas do CVII (cf. CASAS, 2015, p. 73). O Papa Bento XVI considerou inaceitável essa posição de ruptura e mencionou o risco de uma separação entre uma Igreja pré-conciliar e pós-conciliar (cf. CASAS, 2015, p. 74). Além disso, na visão de Bento XVI, a atualização feita no CVII não significaria uma ruptura com a tradição, mas exprime a sua vitalidade contínua (cf. ASSUNÇÃO, 2018, p. 130).

A posição que aqui se quer afirmar considera o CVII como uma continuidade, pois não há um rompimento com a doutrina. Neste ponto, os que não aceitam o CVII se confundem, pois não houve a criação de uma nova doutrina, nem muito menos se rompeu com a Tradição. Pode se dizer que entre as diversas confusões essa seja bem importante. Pelo fato de o CVII tratar visivelmente da Pastoral da Igreja, os contrários imaginam que a doutrina foi deixada de lado. O'Malley (2013) insiste que o CVII não foi um evento somente pastoral. É doutrinal porque foi feito a partir da doutrina, a diferença só está no fato de que foi ensinado em um estilo diferente dos concílios anteriores (cf. O'MALLEY, 2013).

A chave de leitura correta para interpretar o CVII é o de entender que ele não propôs e nem fez uma “destruição”, mas uma “desconstrução”, no sentido de reforma (cf. CASAS, 2015, p.83). O então Cardeal Ratzinger propunha uma hermenêutica interpretativa do CVII, vendo-o como uma “reforma na continuidade” (CASAS, 2015, p. 82). O CVII deve ser visto como “um momento de reflexão, de crise, um momento estruturante, um passo necessário, um evento verdadeiramente profético, um *Kairós*” (CASAS, 2015, p.83). O CVII é uma “releitura da doutrina já definida no passado” (LORSCHIEDER, 2005, p. 39)

Ao voltar ao pensamento de Weber, observando a institucionalidade da Igreja, é interessante pensar que o CVII não esperou ser afligido por algum movimento externo, todavia no interior da Igreja o Espírito suscitou o desejo de atualizar a missão teológica de toda a estrutura eclesial. Como foi citado que a Igreja não foi atingida por movimentos externos, é importante acentuar que não se elimina o fato de que havia muitas situações novas afligindo o mundo e as pessoas, haviam passado duas grandes guerras, estavam sob o período da Guerra Fria (1947-1991), emergia a secularização, entre tantas outras situações. O que se quer deixar claro é que a instituição buscou manter a sua relevância no mundo, antecipando a sua renovação, num momento em que ninguém imaginava.

Muitas vezes se especulou que quando era eleito um Papa mais idoso é porque estavam projetando um pontificado curto, de transição. Mas com João XXIII, de 77 anos quando eleito, veio uma surpresa. O Papa que seria de transição pontifícia, tornou-se o Papa de uma “transição epocal”, de uma época tridentina para uma nova fase de testemunho e anúncio, recuperando elementos da tradição e a fidelidade ao Evangelho (cf. CASAS, 2015, p. 70). É aqui que aparece a pretensão da grande recuperação teológica no CVII. João XXII dizia que o CVII era comparado a um edifício novo construído sobre fundamentos estabelecidos ao longo da história (cf. CASAS, 2015, p.70).

A recuperação que pretendia o “Papa Bom” era a de tomar uma consciência teológica referenciada nos Padres da Igreja, com o auxílio de todo o episcopado e de todo o Povo de Deus; e a certeza da assistência do Espírito Santo e do constante inebriar-se das palavras do Evangelho de Jesus Cristo. A recuperação teológica a partir do CVII é, portanto, uma hermenêutica constante, à luz da Tradição da Igreja (cf. CASAS, 2015, p. 71). No pontificado de Francisco fica bastante claro este modo de fazer teologia, que tem como base a doutrina, mas parte da realidade para se chegar neste campo teológico, é a “teologia partindo de baixo” (cf. MANZATTO, 2019, p. 15).

Outra expressão equivalente à “recuperação” é a “volta às fontes”. A leitura interpretativa a que se propôs o CVII é teológica e carismática. O concílio, neste ponto, é lido como uma continuidade à luz da tradição e, por isso, teológico; e pelo fato de buscar redescobrir o carisma original do Evangelho, precisa de uma “volta às fontes” (cf. ASSUNÇÃO, 2018, p. 101). O foco da volta às fontes remete diretamente à palavra de Deus, trazer a Escritura como a alma da teologia, como um pensamento que quer guiar a Igreja (cf. SUSIN, 2016, p. 30). Esta volta às fontes não é para uma simples repetição, mas uma atualização, não é copiar, mas fazer na atualidade o que Jesus Cristo e seus os apóstolos fizeram no momento histórico deles (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 32-33). É possível ir ainda mais profundo nesta recuperação quando se pensa que das fontes é possível chegar à raiz, pois as fontes não se fecham em si mesmas, mas querem levar a origem, à raiz. Nisto é possível fazer um paralelo com o que diz Santo Agostinho sobre a “palavra exterior” que aqui pode ser comparada com as “fontes” (Escritura e Tradição), que leva a escutar o “mestre interior”, que é a raiz de onde brota essa palavra (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 33).

Neste ponto o CVII quis fazer uma ligação da fonte inspiradora, o Evangelho, à realidade. Se a Igreja é iluminada pela Palavra, ela conseguirá trazer à luz o que o espírito está procurando dizer a ela mesma, para que cumpra a sua missão, e ao mundo (cf. QUEIRUGA, 2014, p. 34). Não há uma controvérsia no que diz respeito à atualização, pois recorrer ao essencial do cristianismo é dar um suporte certo para responder às demandas. Esta coragem pode ter sido desculpa para que alguns contrários ao CVII tentassem diminuí-lo, vendo-o como um risco, porém é justamente a grande novidade que o evento trouxe. A natureza do CVII propunha discernir “os desvios, exigências e oportunidades da Idade Moderna” (CASAS, 2015, p. 72), tanto que João XXIII esperava que o concílio enriquecesse espiritualmente a Igreja e a possibilitasse olhar com coragem para o futuro. A essa posição é dada uma nova expressão: olhar os “sinais dos tempos”;

superando a ideia de que na modernidade só havia problemas. Com isso o CVII queria demonstrar o laço estabelecido pelo Criador e as criaturas, fazendo a Igreja se abrir para o mundo onde estão as criaturas, sem perder de vista a “Revelação” (cf. FIUC, 2017, p. 22).

Não se diz que a Igreja pretendia fazer um pacto com o mundo, nem mesmo o estabelecimento de um cristianismo mais brando, porém que a Igreja precisa ir ao encontro deste mundo, com uma abertura crítica e tendo como critério o Evangelho (cf. LORSCHIEDER, 2005, p. 40-41). Nesta ideia se soluciona a controvérsia de olhar para a realidade e ao mesmo tempo referenciar-se nas fontes. O que sugere o CVII é um *aggiornamento*, uma atualização da Igreja, que cada vez mais, precisa agir em um mundo de constante mudanças. Além disso, é o Espírito que acompanha a Igreja e, portanto, quebrar a rigidez institucional implica uma renovação constante – *Ecclesia semper reformanda* (cf. ASSUNÇÃO, 2018, p. 101-105). É a força da Igreja de não temer o mundo e se abrir com coragem, com uma teologia que encare as realidades e complexidades de toda a humanidade.

Se o CVII marca essa retomada teológica da Igreja é importante analisar as linhas mestras desse evento. Não é possível visualizar uma “Igreja pronta” pós-concílio. É um acontecimento pontual, porém seu movimento não tem fim (cf. LIBÂNIO, 2005, p. 71). As duas linhas mestras mais evidentes são a do *aggiornamento* e a do diálogo (cf. LORSCHIEDER, 2005, p. 40). Já se vê por essas linhas que o CVII propõe um dinamismo contínuo, de uma Igreja que não pode se acomodar, ou mesmo ficar centrada em si mesma, ignorando ou condenando o mundo. O que se vê na fundação da Igreja é que ela foi construída para servir e salvar, e não para ficar numa posição rígida que define regras e condena quem não as segue (cf. LORSCHIEDER, 2005, p. 49).

A proposta do diálogo não é iniciar uma discussão com o mundo, porém dar o testemunho da convicção cristã, e ao mesmo tempo oferecer a oportunidade ouvir a convicção dos outros. Para dialogar com a modernidade a Igreja precisa ter consciência de que existem pensamentos distintos, tais como: a Ciência, as religiões não-cristãs, o marxismo, entre tantas outras convicções que não levam em conta a verdade contida no Evangelho. A Igreja é o sacramento universal da salvação e precisa se lançar no mundo para que o mundo seja salvo, e para encontrar-se com as pessoas é preciso refletir o modo de agir pois o mundo está em constante transição (cf. LORSCHIEDER, 2005, p. 41-4). O ponto de partida para o diálogo e espelhar-se em Cristo e na sua encarnação. Sem perder a sua essência Jesus foi um encontro das pessoas, das que mais precisavam,

independentemente da posição social, da nacionalidade ou da conduta moral. Ele deu novo ânimo à vida delas, Jesus vivo, trouxe vida, indicou às pessoas o caminho da salvação.

Acima foi dito que não há uma Igreja pronta após o Concílio Vaticano II, tampouco as ideias apresentadas foram plenamente aplicadas e absorvidas pela Igreja. Muitas coisas que o CVII sugeriu causou muita esperança e euforia logo que se encerraram os trabalhos conciliares em 1965. Apesar disso, as mudanças que deveriam ser feitas provocaram muitos temores, e é possível dizer que o CVII esfriou, sendo substituído por um processo de triagem e enquadramento de algumas experiências selecionadas e sancionadas pela burocracia eclesial (cf. LIBÂNIO, 2005, p. 80). Apesar do arrefecimento muitas marcas positivas foram observadas ainda no final do século XX, assim como a vivência litúrgica, que ganhou em participação dos leigos, em beleza, em espontaneidade e criatividade (cf. LIBÂNIO, 2005, p. 80).

3. A atualização do Concílio Vaticano II no Pontificado de Francisco

O pontificado de Francisco iniciado em 2013, após Renúncia de Bento XVI, tem como plano principal o que é exposto na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG). No documento é apresentada uma teologia com novos conceitos e termos que atualizam a perspectiva teológica do Concílio Vaticano II. É possível dizer que o papado de Francisco dá um novo fôlego aos ideais postulados pelos padres conciliares. Para compreender essa atualização teológica que faz o Papa Francisco é preciso enfatizar que ele é competente em teologia. Isto precisa ser dito, pois assim como aconteceu o CVII, que muitas vezes foi erroneamente considerado não doutrinal, por se dedicar a pastoral, o Papa Francisco, muitas vezes, não é considerado teólogo, por se dedicar à pastoral.

Para resolver a confusão de consideração sobre o caráter teológico, é preciso recorrer a Santo Tomás de Aquino, que distingue duas diferentes cátedras teológicas na Igreja: a *cathedra pastoralis* e a *cathedra magisterialis* (cf. CODINA, 2018, p. 7). São magistérios convergentes, que às vezes se identificam, mas nunca são paralelos (cf. CODINA, 2018, p. 7). O Papa Francisco exerce a teologia na *cathedra pastoralis*. O método teológico do Papa Francisco é pastoral e profético, não se dedica ao profissionalismo acadêmico, mas ao serviço de um pastor (cf. CODINA, 2018, p. 8), que em seus atos demonstra a sua força, exaltando uma teologia que precisa servir, dialogar e salvar. O vocabulário próprio pode causar um estranhamento aos mais ortodoxos, porém

é louvável pensar que o Papa Francisco usa “um tom popular” para ser entendido, e as suas expressões novas vem de uma originalidade heterodoxa, com suas visíveis distinções (cf. PASSOS, 2018, p. 13).

Se no Concílio Vaticano II buscou-se a renovação da Igreja, retornando à fonte do Evangelho e atenta a realidade do mundo, a EG se debruça justamente a pensar no anúncio do Evangelho neste mundo. O Papa Francisco elabora o seu magistério adotando o mesmo método utilizado no Vaticano II, o método ver-julgar-agir (PASSOS, 2018, p. 9), que observa a realidade e parte para uma “renovação inadiável” (EG, 27), realizada “a partir do coração do evangelho” (EG, 34). O método teológico ver-julgar-agir cabe muito bem na proposta teológica do CVII e do no plano pastoral do Papa Francisco: o “ver” é o olhar sobre a realidade, o “julgar” é a reflexão doutrinal e o “agir” são propostas concretas de ação (cf. MANZATTO, 2006, p. 4).

É importante mencionar que a atualização do Concílio Vaticano II no Pontificado de Francisco pode ser atestada pelo fato de que o primeiro documento de seu papado foi a *Evangelii Gaudium*, sendo ela uma “mescla da *Gaudium et Spes* e *Evangelii Nuntiandi*, os dois documentos de maior transcendência no contexto da renovação conciliar” (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 14). A *Gaudium et Spes* abriu a Igreja para o mundo numa postura de diálogo e serviço, e a *Evangelii Nuntiandi* enviou a Igreja para a sociedade para testemunhar e explicitar a Boa-nova (BRIGHENTI, 2014, p. 14), que é sempre a mesma e sempre atual, mas a realidade e cultura, que sempre se alteram, precisam ser impactadas diretamente pelo Evangelho (EN, 20).

Partindo especificamente da *Evangelii Gaudium*, a intenção é mostrar a atualização de alguns elementos propostos pelo Papa Francisco em relação ao Concílio Vaticano II. No início desse estudo foi feita uma análise da Igreja como instituição, que ao longo do tempo precisou reagir diante das situações, tal como na Contrarreforma, quando buscou a autorreferencialidade como uma saída para se manter. No Concílio Vaticano II, a proposta foi a de superar esse “eclesiocentrismo”, porém, nos discursos de Francisco, por esse tema ser recorrente, é constatado que essa superação não se deu totalmente. O Para Francisco sugere uma mudança de uma Igreja autorreferencial, iniciada no período da Cristandade, para uma Igreja nas periferias existenciais (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 15). A Igreja que precisa dialogar com o mundo, assim como foi proposto no CVII, e é a Igreja que precisa ir ao encontro das “ovelhas desgarradas”, uma Igreja que não tem medo de encontrar os excluídos pelo caminho, iniciando um diálogo com eles (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 15-16).

Outra atualização feita pelo Papa Francisco é quando ele pensa numa Igreja “samaritana”, que substitua a Igreja vista como uma “alfândega” (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 16). Concordando com João XXIII e Paulo VI, Francisco coloca a Igreja como lugar da misericórdia, e não como o lugar do julgamento e da condenação. O Papa Francisco também deseja uma Igreja que deixa de lado o prestígio e busque dar poder à Igreja que é pobre e dos pobres (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 17). Ele fala isso inspirado em João XXIII e demonstra o seu compromisso prático com seus atos, seja quando troca o trono por uma cadeira, quando utiliza carros modestos e quando faz questão de lembrar da admoestação de São Bernardo feita ao Papa Eugênio III: “não te esqueça que é sucessor de um pescador e não do imperador Constantino” (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 17). A simplicidade sugerida e vivenciada pelo Papa Francisco é coerente com o espírito da “opção preferencial pelos pobres”.

Seguindo nas atualizações, assim como o CVII pretendia estar no mundo e dialogar com o mundo, o Papa Francisco lembra que o cristianismo é uma combinação da transcendência e da encarnação. Nesse sentido, é incentivada a postura de uma Igreja profética, destarte a uma Igreja providencialista, que muitas vezes apela para uma caridade superficial, que não rompe com as causas da exclusão (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 18).

Aquele temor sentido após o CVII não conseguiu superar a postura de uma Igreja fechada, inclusive na sacristia. O Papa Francisco trata autorreferencialidade e o medo como um sintoma do clericalismo sofisticado. Em contrapartida, é pensada e proposta uma Igreja que sai às ruas com alegria e que também não tem medo de se acidentar. É preferível ter uma Igreja acidentada, do que uma perfeita fechada na sacristia (cf. BRIGHENTI, 2014, p. 20-21).

Há muitas outras atualizações propostas pelo Papa Francisco em vista de levar ao pleno cumprimento do Concílio Vaticano II. As que aqui foram apresentadas servem para visualizar como há uma clara intenção de recuperar a teologia tão desejada no Concílio Vaticano II, remetendo às fontes bíblicas e a própria vida de Cristo. O perfil teológico do Papa Francisco favorece a crença de que é possível sonhar com uma Igreja viva, atual e referenciada em Cristo. Francisco sonha e convida a todos os fiéis a compartilhar deste desejo de colocar em prática a verdade do Evangelho, que projeta na Igreja o objetivo de servir, dialogar e salvar.

Considerações finais

Diante de tudo o que foi apresentado torna-se evidente que a Igreja, vista como instituição, precisa responder as demandas do mundo, em cada momento histórico. Se no século XVI, diante da Reforma Protestante ela optou pela rigidez, No Concílio Vaticano II a opção foi pela abertura e ao diálogo com o mundo. Com um posicionamento de “volta às fontes”, a Igreja quis referenciar-se na Boa-nova do Evangelho, e com isso, fez do seu encontro com a realidade uma oportunidade de diálogo, entre os fatos e o ensinamento de Jesus Cristo.

O Concílio Vaticano II se propôs e conseguiu iniciar um novo paradigma teológico, que ao longo dos 60 anos pós-conciliares teve sucessos, mas que também encontrou muitos entraves. O pontificado de Francisco se mostra como uma oportunidade de efetivação do Concílio Vaticano II, de maneira atualizada. O Papa Francisco considera o desafio do seu tempo, porém não esmorece em analisar e propor uma pastoral que chegue até os confins do mundo, levando a Boa Nova de Jesus e o seu poder salvífico.

O encontro da verdade do Evangelho com uma realidade, com toda a sua complexidade, só pode ser feito a partir do diálogo. A Igreja colocando-se como serva de Jesus Cristo, interessada em levar o bem a todas as pessoas e a toda a criação, apresenta a misericórdia de Jesus a todos os filhos de Deus. Para que isso se cumpra, é preciso de uma teologia “em saída”, uma Igreja que caminhe até às mais longínquas periferias existenciais.

Referências

ARROYO, Francisco Merlos; BRIGHENTI, Agenor. **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015.

ASSUNÇÃO, Rudy B. **Bento XVI, a Igreja Católica e o “Espírito da Modernidade”:** uma análise da visão do Papa teólogo sobre o “mundo de hoje”. São Paulo: Paulus/Ecclesiae, 2018.

BRIGHENTI, A. Perfil Pastoral da Igreja que o Papa Francisco sonha. In: SILVA, José Maria da (Org). **Papa Francisco: Perspectivas e Expectativas de um Papado.** Petrópolis: Vozes, 2014.

CASAS, Juan Carlos. Continuidade ou Ruptura? Duas visões sobre o significado histórico do Vaticano II. In: ARROYO, Francisco Merlos; BRIGHENTI, Agenor. **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015.

CODINA, Victor. **Espírito Santo**. São Paulo: Paulinas, 2018.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS (FIUC). **50 Anos após o Concílio Vaticano II: teólogos do mundo inteiro deliberam**. São Paulo: Paulinas, 2017.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: a alegria do Evangelho: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica *Dominum et vivificantem*: sobre o Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo**. São Paulo: Paulinas, 1986.

LIBÂNIO, João Batista. O Concílio Vaticano II: os anos que se seguiram. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

LORSCHIEDER, A. Linhas Mestras do Concílio Ecumênico Vaticano II?. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

MANZATTO, Antônio. **As primeiras Conferências do CELAM**. Vida Pastoral, São Paulo, v. 48, p. 3-8, 2006. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilios/as-primeiras-conferencias-do-celam/>>. Acesso em: 18 out. 2022.

MANZATTO, Antônio. **Jesus Cristo**. São Paulo: Paulinas, 2019.

O'MALLEY, John. **Dez formas para confundir os ensinamentos do Vaticano II**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 29 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/517263-dez-formas-para-confundir-os-ensinamentos-do-vaticano-ii-artigo-de-john-omalley>>. Acesso em: 05 out 2022.

PASSOS, João Décio. **Método Teológico**. São Paulo: Paulinas, 2018.

PAULO VI, Papa. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. Paulus: São Paulo, 1997.

PAULO VI, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***: ao episcopado, ao clero aos fiéis de toda a Igreja, sobre a evangelização no mundo contemporâneo.

QUEIRUGA, Andrés Torres. Volta às raízes: renovar-se a partir da experiência originária. In: SILVA, José Maria da (Org). **Papa Francisco: Perspectivas e Expectativas de um Papado**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SUSIN, Frei Luiz Carlos. A Igreja e os 50 anos do Concílio Vaticano II. In: BRUSTOLIN, Leomar Antônio (Org). **50 anos do Concílio Vaticano II: Recepção e Interpretação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 4ª ed. Vol. I. Brasília: UnB, 2000.

Recebido em: 16/11/2022

Aprovado em: 12/12/2022